

MARK KIRKBY

Data e local de nascimento: 1972, Lisboa

E-mail: mak@servulo.com

Rua Garrett, n.º 64 1200-204 Lisboa

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- **Licenciatura** em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1996;
- **Mestrado** em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo obtido o referido grau académico, em 17 de Abril de 2007, com a apresentação da tese subordinada ao tema «*O exercício contratualizado do poder administrativo*».

PERCURSO PROFISSIONAL

- Exercício de advocacia na «Sérvulo & Associados», entre 2004 e 2007, como advogado associado, e, desde 2008, como sócio.
É o sócio responsável pela área de contencioso administrativo no âmbito do Departamento de Direito Público desta sociedade de advogados, que se desenvolva quer nos Tribunais Administrativos quer nos Tribunais Arbitrais;
- Adjunto de Grupo Parlamentar da Assembleia da República/Chefe do Gabinete do Líder da Oposição, entre 2002 e 2004;
- Chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, em regime de substituição, entre 2001 e 2002;
- Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, em 2001;

- Assessor jurídico do Secretário de Estado do Emprego e Formação e, depois, do Secretário de Estado do Trabalho e Formação, entre 1999-2001;
- Assessor jurídico do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, entre 1998-1999;
- Exercício de advocacia como advogado associado na sociedade de advogados «Santiago Neves & Associados», em 1998;
- Advogado inscrito na Ordem dos Advogados desde novembro de 1998;
- Realização do estágio de advocacia, entre 1996 e 1998, na sociedade de advogados «Santiago Neves & Associados», sob o patrocínio do Dr. Jorge Santiago Neves, concluído com a agregação à Ordem dos Advogados em 1998.

ATIVIDADE DOCENTE

- Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na licenciatura de Direito, de 1996 a 2010, tendo integrado o departamento de Ciências Jurídico-Políticas em 2000 e tendo lecionado a disciplina de Direito Administrativo I entre 2003 e 2010;
- Docente convidado para lecionar diversos temas nas áreas da contratação pública e dos contratos públicos em cursos de pós-graduação realizados nas várias Faculdades de Direito do país, como seja nas Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto, Universidade do Minho e nas Escolas de Direito de Lisboa e do Porto da Universidade Católica Portuguesa;
- Coordenador do curso pós-graduado de atualização sobre Direito dos Resíduos, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2013. Conferencista no mesmo curso, no módulo “Os contratos de adaptação ambiental no setor dos resíduos”;

- Coordenador do curso pós-graduado de atualização sobre Direito da Água, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2012, 2014 e 2016. Conferencista no mesmo curso, no módulo “Regras de contratação pública aplicáveis às entidades que operam no setor da água”; intervenção da conferência inaugural do curso de 2014 subordinada ao tema “O princípio da igualdade no acesso aos serviços públicos de águas”;
- Docente convidado no curso de formação avançada sobre “Direito das Águas” da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, desde 2013 até ao presente;
- Docente convidado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, no curso de pós-graduação em Direito das Autarquias Locais e do Urbanismo, de 2003 a 2007, tendo lecionado o módulo de “Contratação pública”.

PUBLICAÇÕES

- “O processo de regionalização”, in Finisterra, Revista de reflexão e crítica, n.º 27-28, Lisboa, 1998;
- Os contratos de adaptação ambiental - a concertação entre a Administração Pública e os particulares na aplicação de normas administrativas de polícia, Lisboa, AAFDL, 2001;
- Contratos administrativos de subordinação - natureza, funções e limites, Lisboa, AAFDL, 2002;
- “Aspectos relativos à aplicabilidade objectiva e subjectiva das novas regras da contratação pública”, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vol. XLIX – n. 1 e 2, 2008, Almedina;
- “O diálogo concorrencial”, in VVAA, Estudos de Contratação Pública I, Coimbra, 2008;
- “Poderes sancionatórios no contrato administrativo: um caso de usurpação de poderes”, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 78, Novembro/Dezembro 2009;

- “A contratação pública nos «sectores especiais” ”, in VVAA, Estudos de Contratação Pública II, Coimbra, 2010;
- “Conceito e critérios de qualificação do contrato administrativo: um debate académico com e em homenagem ao Senhor Professor Sérvulo Correia — Do artigo 178.º do CPA ao artigo 1.º, n.º 6 do CCP - uma alteração do paradigma de qualificação?” in VVAA, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, Vol. II, Coimbra, 2010;
- Contratos sobre o exercício de poderes públicos, Coimbra, 2011;
- “Actos administrativos sujeitos a procedimentos adjudicatórios de contratação pública – o artigo 1.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos”, in Revista de Contratos Públicos, n.º 4, 2011;
- "A contratação pública nos setores da água e do saneamento (âmbitos subjetivo e objetivo de aplicação do regime de contratação pública nestes setores)", in *Direito da Água*, ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos/ Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, abril 2013 – cocordenador científico da obra;
- “Public Contracts at the Epicenter of the Crisis: Pondering the Variable Intensity of the Competition Principle”, in *European Review of Public Law*, Vol.25 -1/2013;
- “Revisitando o tema da contratação ambiental a propósito do direito dos resíduos)", in *Direito dos Resíduos*, ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos/ Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, 2014 – cocordenador científico da obra
- “Os mistérios em torno da possibilidade de escolha do ajuste direto quando em procedimento anterior todas as propostas tenham sido excluídas”, in Revista de Contratos Públicos, n.º 10, 2014.

Idiomas

Português, Inglês e Espanhol.

Lisboa, 2 de maio de 2017